

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou State Grid")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2018:

1) A COMPANHIA

A SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos.

A SGCC foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Com cerca de 1,63 milhões de funcionários, a SGCC serve 1.1 bilhão de pessoas e possui operações em diversos países, como Filipinas, Brasil, Portugal, Austrália, Itália, Grécia, entre outros.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **State Grid** já adquiriu concessionárias do serviço público de transmissão de energia sendo 18 companhias com 100% de participação societária e 5 companhias com participação de 51% com controle conjunto.

Grupo SGBH		
Controladas Participação de 100%		Controladas em conjunto Participação de 51%
ETEE	RPTE	Matrinchã
ETIM	SPTTE	Guaraciaba
ITE	Iracema	Luziânia
PPTE	Catxerê	Paranaíba
SMTE	Araraquara	Belo Monte
PCTE	Itatim	
	MRTE	
	LTMC	
	ACTE	
	XRTE	
	CNTE	
	PRTE	

Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"); Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM"); Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"); Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE"); Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE"); Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"); Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE"); Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTTE"); Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema"); Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê"); Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara"); Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim"); Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE"); Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE"); Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC"); Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"); Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE"); Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE"); Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã"); Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"); Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"); Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"); Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte").

Tendo como base o plano de investimentos, em 2015, a **State Grid** sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015, referente à concessão XRTE, que por sua vez possui Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 988.030.985 e deságio de 19% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019. Em 2016, a **State Grid** venceu o Leilão ANEEL nº 013/2015, referente a duas novas concessões: CNTE e PRTE. A CNTE possui Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A entrada em operação da Companhia ocorreu no mês de junho de 2018, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A PRTE possui Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia prevê entrar em operação em janeiro de 2019.

	2018	2017
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	9.115	9.115
Extensão das Linhas em operação:	5.562	5.300
Extensão das Linhas em construção:	3.553	3.815
Subestações próprias	28	28
Subestações acessadas	38	38

Parcerias:

Além de seus investimentos diretos, a **State Grid** tem alcançado importantes conquistas nos últimos anos com parceiros no Brasil:

Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.

Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o Leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

	2018	2017
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação	4.651	4.651
Linhas em operação:	4.651	4.651
Linhas em construção:	-	-

3) EXERCÍCIO DE 2018

Ativos totais - R\$ 23.368.500.013
Receita líquida - R\$ 7.969.981.778
O exercício de 2018 foi marcado por investimentos: - R\$ 25,5 milhões em aportes nas controladas em conjunto; - R\$ 968 milhões em aportes nas concessionárias controladas. No exercício de 2018 houve aumento do registro de receitas financeiras em função do aumento da taxa do dólar, que em 31 de dezembro de 2018, estava cotada em USD 3,8748 por real comparado a taxa de USD 3,3080 em 31 de dezembro de 2017. Basicamente todas as concessionárias adquiridas em 2010 possuem endividamento em dólar, assim, com a valorização da moeda americana houve o aumento do endividamento. A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a **State Grid** busca ser mais inclusiva. A **State Grid** vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A **State Grid** também participa de ações sociais junto à Sociedade.

Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a **State Grid** participou:

Orquestra Maré do Amanhã: A **State Grid** Brasil é mantenedora da Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, residentes da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas. O projeto iniciou em 2011 com 30 alunos e atualmente trabalha com mais de 3.000 jovens. Busca oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de alto risco. Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam regimentadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. As aulas de música ocorrem no turno inverso à escola. A orquestra tem se tornado cada vez mais profissional, recebendo cada vez mais reconhecimento, somando diversas participações especiais em programas de TV e novelas. Em 2017, a orquestra tocou em um dos eventos de maior público do país, o Réveillon em Copacabana, que contabilizou um público de 2,4 milhões de pessoas. Em 2018, as obras do galpão adquirido pelo grupo para ser a sede da orquestra, foram finalizadas e em dezembro foi inaugurada a nova sede da Orquestra Maré do Amanhã - localizada fora da área de risco da comunidade da Maré. Agora o projeto dispõe de um espaço próprio, com salas de aula, espaço de convivência e um teatro, para continuar com o notável trabalho que vem sendo feito até hoje.

Pinel Oriental: O projeto resgata, num viés contemporâneo, o espírito das expedições artísticas realizadas por pintores europeus no século 19, como o francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e o alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), que imortalizaram, através de seu olhar, cenas do cotidiano brasileiro em suas obras. Numa versão contemporânea, o projeto propôs a vinda de um grupo de seis pintores chineses para conhecer o Brasil e retratar as suas belezas naturais e urbanas em suas obras através da pintura tradicional chinesa. Os pintores Fan Zhibin, Fang Zhengue, Yu Zeng, I Ban, Liu Mo e Shan Ren percorreram as cidades do Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador, São Paulo e Foz do Iguaçu para captar e retratar em nanquim as paisagens que foram reunidas posteriormente em um livro de arte e na exposição no Centro Cultural dos Correios. Este projeto fortalece o intercâmbio cultural e a amizade entre duas nações, Brasil e China, valorizando suas peculiaridades, pontos em comum, destacando paisagens brasileiras sob o olhar oriental. Os seis pintores selecionados para a aventura brasileira, são consagrados em seu país de origem, com carreiras sólidas e reconhecidas tanto no meio artístico quanto acadêmico - têm livros e ensaios publicados, lecionam em universidades e expõem regularmente. Alguns são também calígrafas, ofício considerado uma arte nobre na China.

Orquestra de Zhejiang: A orquestra sinfônica de Zhejiang foi fundada em 2009, e a orquestra era conhecida anteriormente como a orquestra de música e dança de Zhejiang, que tem uma história de quase 60 anos. Baseando-se no profundo background cultural da província de Zhejiang, a Orquestra Sinfônica de Zhejiang toca obras clássicas de sinfonias enquanto absorve os nutrientes da música folclórica. A orquestra compôs e realizou um grande número de obras sinfônicas com fortes características culturais regionais, que foram amplamente apreciadas e calorosamente recebidas pelo público.

Em sua recente turnê, com cerca de 60 integrantes, fizeram apresentações em setembro de 2018, no Rio de Janeiro, em Brasília, em São Paulo e em Foz do Iguaçu. Acompanhando a sinfônica, além de soprano, tenor, spalla e flautista todos chineses, também houve a participação especial de artistas brasileiros. A orquestra que executou obras clássicas, chama a atenção por incluir composições folclóricas em seus repertórios, recebidas calorosamente pelo público, alcançando um total de 8.000 espectadores.

Beijing Rio - Duas Avenidas Centenárias: O projeto referiu-se à realização de exposição fotográfica, realizada no Centro Cultural dos Correios ao final de 2018 e lançamento de livro bilingue, por meio de duas curadorias, dois conjuntos de fotografias que se articularam para produzir o retrato de um tempo paralelo marcado por grandes transformações tanto para a jovem cidade do Rio de Janeiro quanto para a milenar Pequim. As duas avenidas emblemáticas em foco são exemplares para ilustrar essas transformações. Wangfujing Street de uma Pequim começou o século XX como a capital de um dos impérios mais exóticos e fechados do planeta para entrar no século XXI em plena sintonia com o que há de mais avançado na modernidade. E a Avenida Atlântica, na Praia de Copacabana, um Rio de Janeiro, até então uma cidade do período colonial, se refez no último século para ser a brilhante capital da jovem república que aspirava ao progresso e buscava dar ao país uma imagem positiva para assumir um lugar de destaque dentre as nações. Essa relação entre a China e o Brasil ganha cada vez mais relevância, nada mais natural promover um estreitamento de relações por meio desse intercâmbio cultural. A fotografia é uma vigorosa força de expressão em ambos os países, e este projeto atendeu perfeitamente o objetivo de aproximar as duas cidades, Rio de Janeiro e Pequim, destacando as suas respectivas peculiaridades, e demonstrando diferentes olhares e perspectivas.

Corridas de Rua: O Grupo patrocinou corridas de rua desde 2012. Através deste tipo de evento, a **State Grid** busca incentivar os seus colaboradores a participarem de atividades que busquem melhoria de sua saúde e bem-estar, onde têm a oportunidade de participar juntamente com a família.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da **State Grid** e para o cumprimento da nossa missão.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

Ativo	2018			2017		
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907	
Concessionárias e permissionárias	10	-	112.265.555	-	114.724.833	
Contas a receber - partes relacionadas	20	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.632.552	
Impostos a recuperar		7.375.123	31.367.618	5.894.714	50.989.344	
Ativo de concessão - Financeiro	12.1	-	-	-	889.407.003	
Ativo de concessão - Contratual	12.2	-	1.373.942.871	-	-	
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	693.017.517	-	-	-	
Adiantamentos a fornecedores		279.461	13.069.385	202.928	18.866.533	
Estoques		-	35.779.926	-	29.444.774	
Dividendos a receber	13	103.813.141	83.965.360	71.246.486	44.478.855	
Outros ativos circulantes		99.695	12.384.220	99.733	10.370.754	
		840.123.286	3.238.373.080	470.287.685	2.040.639.555	
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	9	-	46.552.332	-	54.520.955	
Ativo de concessão - Financeiro	12.1	-	-	-	8.093.221.532	
Ativo de concessão - Contratual	12.2	-	15.572.845.014	-	-	
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	2.036.227.677	772.739.374	701.564.286	701.564.286	
Outros ativos não circulantes		985.703	20.732.541	828.395	38.912.855	
Investimentos	13	10.765.234.201	3.373.435.830	9.310.946.072	3.239.013.840	
Investimentos disponíveis para venda	20.1	47.344.000	47.344.000	44.249.093	44.249.093	
Propriedade para investimento	14	86.964.328	86.964.328	89.250.478	89.250.478	
Imobilizado	15	108.868.916	132.947.747	111.282.731	129.554.102	
Intangível	16	358.770	76.565.767	415.873	146.437.680	
		13.045.983.595	20.130.126.933	10.258.536.928	12.536.724.821	
Total do ativo		13.886.106.881	23.368.500.013	10.728.824.613	14.577.364.376	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018		2017		
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	24	7.058.078	7.969.981.778	8.508.067	3.179.967.074
Custo da operação	25	(6.603.550)	(5.840.541.289)	(9.258.764)	(2.530.568.259)
Lucro bruto		454.528	2.129.440.489	(750.697)	649.398.816
Despesas gerais e administrativas	26	(27.428.911)	(132.132.717)	(24.651.701)	(135.487.728)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	27	778.976	16.687.932	7.042.861	22.695.624
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(26.195.407)	2.013.995.704	(18.359.537)	536.606.711
Resultado financeiro	28	(493.507.732)	(1.038.187.601)	(93.016.003)	(259.844.996)
Receita financeira		619.824.483	800.615.753	330.798.374	511.737.245
Despesa financeira		(1.113.332.215)	(1.838.803.354)	(423.814.377)	(771.582.241)
Equivalência patrimonial	13.2	1.052.684.799	420.855.786	449.078.021	161.323.337
Resultado antes dos impostos		532.981.660	1.396.663.889	337.702.481	438.085.052
Imposto de renda e contribuição social	29	(1.511.770)	(865.193.999)	(72.079.862)	(28.302.709)
Lucro líquido do exercício		531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





★ continuação **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)**

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	532.981.660	1.396.663.889	337.702.481	438.085.052
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(1.052.684.799)	(656.695.749)	(449.078.021)	(161.323.337)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	424.624.998	902.364.851	54.826.443	222.177.175
Depreciação e amortização	5.120.974	7.867.026	9.537.696	12.042.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(3.273.410)	–	2.302.629
Provisão para contingências	292.747	(14.308.286)	–	2.611.920
Provisão para compensação ambiental	–	1.878.376	–	186.663
Atualização de investimento disponível para venda	(3.094.907)	(3.094.907)	(3.781.865)	(3.781.865)
Outros	157.096	3.243.814	200.231	2.619.427
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	–	5.732.692	–	5.595.831
Contas a receber	10.159.972	34.463.609	(11.290.182)	16.037
Ativo de concessão (financeiro)	–	–	–	(2.750.427.371)
Ativo de concessão (contratual)	–	(7.484.003.565)	–	–
Estoques	–	(6.335.155)	–	(168.850)
Impostos a recuperar	(1.480.408)	33.671.616	(3.260.049)	(10.873.161)
Adiantamentos a fornecedores	(76.533)	3.920.764	229.263	(7.033.532)
Outros ativos	(157.268)	15.769.595	(793.986)	7.290.307
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	737.368	75.285.883	1.353.083	405.786.627
Impostos e contribuições sociais	518.919	896.753.147	78.944.658	374.032.584
Juros pagos	(146.690.908)	(409.049.067)	(74.945.808)	(184.060.841)
Taxas regulamentares	–	1.933.906	–	1.003.571
Outros passivos	(7.973)	9.491.789	70.950	7.067.569
Impostos pagos	–	(100.240.727)	(80.234)	(143.682.594)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 27 de março de 2019.

2.1. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2018	2017	
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (i)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") (i)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC") (vi)	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") (viii)	100	100	27/04/2016
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") (viii)	100	100	27/04/2016

(i) A ETEE e ETIM foram adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. Até 2017 as sociedades controladas pelas SGBH - SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E") e SGBH Transmissão Participações Ltda ("SGBH-T") - possuem o controle acionário da ETEE e da ETIM, respectivamente. Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH, onde a SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas na ETEE e ETIM, respectivamente conforme Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL referente autorização prévia de incorporação datado de 30 de dezembro de 2016, onde informa que o controlador indireto (SGBH) passa a ser controlador direto da ETEE e ETIM. (ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. (iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. (iv) Adquirida através do leilão 007/2013 - lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013. (v) Adquirida já em fase operacional da CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geração Brasil Ltda. (vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. (vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015. (viii) Adquirida através do leilão 13/2015 firmado através de contrato assinado em 25 de agosto de 2016. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O regime de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo	
					2018/2019 - R\$ (i)	2017/2018 - R\$ (ii)
ETEE (vi)	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	104.574.880	146.550.508
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	83.225.219	81.061.791
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	242.383.097	221.162.600
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	32.702.584	31.358.201
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	40.954.353	39.817.557
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	139.777.012	135.897.131
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	44.387.981	40.141.900
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	26.351.413	25.619.960
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	66.564.259	58.485.509
PPTe	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	103.394.710	99.168.401
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	73.510.407	71.464.074
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	22.314.237	22.389.617
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	15.545.884	15.114.366
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	11.397.022	9.299.475
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	39.311.501	31.776.694
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	–	–
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	64.541.800	–
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	–	–

(i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 foi aprovada em 26 de junho de 2018 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 - ANEEL. (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 foi aprovada em 27 de junho de 2017 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 - ANEEL. (iii) A XRTE não possui RAP para os ciclos 2017/2018 e 2018/2019 pois encontra-se em fase

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(229.599.062)	(5.287.959.909)	(60.365.340)	(1.780.533.840)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	394.497.395	29.895.333	60.110.151	2.012.025
Dividendos intermediários recebidos	–	–	154.540.173	–
Empréstimos a receber	(1.890.000.000)	(1.890.000.000)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(363.906)	(8.871.271)	(574.072)	(7.092.604)
Baixa de imobilizado e intangível	–	–	183.819	284.711
Titulos e valores mobiliários	–	7.968.623	–	231.029
Aquisição de investimentos	(993.000.000)	(25.500.000)	(2.237.586.781)	(478.734.781)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(2.488.866.511)	(1.886.507.315)	(2.023.326.710)	(483.299.620)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	2.150.916.654	2.150.916.654	1.832.802.737	1.832.802.737
Empréstimos captados	723.320.817	9.430.486.867	229.769.722	779.769.722
Empréstimos pagos	(502.917.401)	(3.713.566.204)	–	(310.635.062)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	2.371.320.070	7.867.837.317	2.062.572.459	2.301.937.397
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(347.145.503)	693.370.093	(21.119.591)	38.103.937
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social

	2018	2017
Luizânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luizânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

(i) Em 29 de setembro de 2011 a Luizânia foi constituída a partir do Consórcio Luizânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luizânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luizânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA. A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luizânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luizânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto. (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém, o Projeto entrou em operação comercial em dezembro/2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **5.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - Contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquela pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)**

atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **5.6. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo foi baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **5.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.9. Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Caxerê e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido. Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.15. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) **Receita de aluguel:** A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.16. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e ger fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **5.17. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **5.18. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

6.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers): A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 5.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47/IFRS 15, o contas a receber da implementação da infraestrutura. Até então classificado como ativo financeiro em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual. A diferença nos critérios de mensuração na Companhia e em suas controladas em conjunto e foi de R\$(164.332.618) foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ref.	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018	
Lucros acumulados		
Ativo contratual	(i)	480.155.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados	(ii)	(262.838.179)
PIS e COFINS diferidos relacionados	(iii)	(82.346.806)
Realização do ágio	(iv)	(56.751.463)
Equivalência patrimonial de entidades controladas em conjunto		(242.551.955)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		(164.332.618)

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018	Ref.	2018	2018
	(Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	1.372.066.201	(i)	(1.372.066.201)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	1.373.942.871	1.373.942.871
Dividendos a receber	83.406.165	(iv)	559.195	83.965.360
Demais ativos circulantes não impactados	1.780.464.849		-	1.780.464.849
	3.235.937.215		2.435.865	3.238.373.080
Ativo não circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	13.755.058.974	(i)	(13.755.058.974)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(iv)	15.572.845.014	15.572.845.014
Investimentos	3.393.600.788	(ii)	(20.164.958)	3.373.435.830
Intangível	133.317.230	(iii)	(56.751.463)	76.565.767
Demais ativos não circulantes não impactados	1.107.280.322		-	1.107.280.322
	18.389.257.314		1.740.869.619	20.130.126.933
Total do ativo	21.625.194.529		1.743.305.484	23.368.500.013
	2018	Ref.	2018	2018
	(Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	113.280.464	(iv)	5.048.964	118.329.428
Demais passivos circulantes não impactados	1.032.242.795		-	1.032.242.795
	1.145.523.259		5.048.964	1.150.572.223
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	1.677.118.742	(ii)	918.796.900	2.595.915.642
Demais passivos não circulantes não impactados	8.985.021.194		-	8.985.021.194
	10.662.139.936		918.796.900	11.580.936.836
Patrimônio líquido				
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	9.787.203.751		-	9.787.203.751
Reserva legal	25.833.037	(iii)	26.573.495	52.406.532
Reserva de lucros	4.494.546	(iii)	792.886.125	797.380.671
	9.817.531.334		819.459.620	10.636.990.954
Total do passivo e do patrimônio líquido	21.625.194.529		1.743.305.484	23.368.500.013
	2018	Ref.	2018	2018
	(Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Receita operacional líquida	6.748.677.271	(i)	1.221.304.507	7.969.981.778
Equivalência patrimonial	197.912.594	(iv)	222.943.192	420.855.786
Imposto de renda e contribuição social	(409.787.501)	(ii)	(455.406.498)	(865.193.999)
Outros	(6.994.173.675)		-	(6.994.173.675)
	(457.371.311)		988.841.201	531.469.890

(i) Implementação do CPC 47/IFRS 15, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 5.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido; (iv) Impacto nos investimentos e dividendos sobre a adoção do ativo contratual feito nas controladas em conjunto.

6.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments): A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores e não foram observados efeitos relevantes.

7. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)**

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Aportes/Baixa de investimento	Aportes de capital	Saldo em 31/12/2017
Controladas					
SGBH-E	703.869.713	69.622.350	(710.487.307)	-	(63.004.756)
SGBH-T	298.885.278	40.997.782	(299.961.910)	-	(39.921.150)
ETEE	-	(17.286.603)	710.487.307	19.228.951	(523.357)
ETIM	-	(4.076.582)	299.961.910	29.608.634	(369.212)
ITE	526.811.811	104.056.730	-	-	(988.539)
RPTE	6.211.597	4.423.675	-	32.914.617	-
PCTE	(22.455.019)	16.007.566	-	-	(6.447.453)
SMTE	78.382.690	64.206.020	-	-	(43.552.614)
SPTE	288.583.048	16.222.941	-	-	304.805.988
PPTE	396.034.401	41.198.844	-	-	(9.063.000)
Itatim	307.340.707	52.889.782	-	-	(502.453)
Iracema	124.958.276	16.690.432	-	10.000.000	-
Catxerê	386.341.803	59.951.541	-	-	(569.540)
Araraquara	196.701.644	12.295.763	-	-	(116.810)
MRTE	65.897.024	(1.561.796)	-	-	-
XRTE	513.549.942	(143.612.403)	-	-	1.392.387.539
ACTE	53.033.163	5.518.110	-	-	68.551.273
LTMC	158.495.048	(1.442.237)	-	-	54.739.579
CNTE	4.353.534	(11.749.579)	-	-	131.603.955
PRTE	19.472.269	(35.217.379)	-	-	501.254.890
Controladas em conjunto					
Luziânia	24.826.063	5.104.123	-	-	(1.073.996)
Matrinchã	829.752.175	59.717.393	-	-	(5.353.110)
Guaraciaba	415.254.812	26.413.384	-	-	-
Paranaíba	306.444.406	35.429.003	-	4.335.000	(8.414.388)
Belo Monte	1.112.750.008	34.659.434	-	398.310.000	859.532
	6.795.494.394	450.458.292	-	2.237.586.781	(172.593.393)

13.3. Ágio sobre aquisição de investimentos: Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO (CONSOLIDADO)

	2017	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2018
Custo	100.097.546	-	(53.937)	-	100.043.609
(-) Depreciação	(10.847.068)	-	-	(2.232.213)	(13.079.281)
	89.250.478		(53.937)	(2.232.213)	86.964.328
Custo	97.966.379	2.143.063	(11.896)	-	100.097.546
(-) Depreciação	(5.110.431)	-	-	(5.736.637)	(10.847.068)
	92.855.948	2.143.063	(11.896)	(5.736.637)	89.250.478

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 45% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 55% de uso próprio em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil. Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel: • Em 2015 foi contratada uma empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação do imóvel. O valor justo para compra e venda identificado foi de R\$100.840.000. • Em 2016, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$16.068/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$148.944.093. • Em 2017, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.971/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 116.415.512. • Em 2018, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 11.991/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 107.617.925,30. • De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)

	2017	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2018
Prédios e instalações (i)	122.221.587	-	53.937	-	122.275.524
Máquinas e equipamentos	3.322.178	77.216	158.291	-	3.557.685
Móveis e utensílios	2.230.674	32.125	10.049	-	2.272.848
Outros	31.036	(105.930)	161.870	-	86.976
Custo	127.805.475	3.411	384.147	-	128.193.033
(-) Máq. equipamentos	(1.632.994)	-	-	(361.811)	(1.994.805)
(-) Móveis e utensílios	(1.118.130)	-	-	(225.393)	(1.343.523)
(-) Prédios e instalações	(13.771.620)	-	-	(2.214.169)	(15.985.789)
(-) Depreciação	(16.522.744)			(2.801.373)	(19.324.117)
	111.282.731	3.411	384.147		108.868.916
	2016	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2017
Prédios e instalações (i)	124.379.754	-	(2.158.167)	-	122.221.587
Máquinas e equipamentos	3.160.429	126.498	35.251	-	3.322.178
Móveis e utensílios	2.356.051	5.524	(130.901)	-	2.230.674
Outros	78.465	(132.022)	84.593	-	31.036
Custo	129.974.699		(2.169.224)		127.805.475
(-) Máq. equipamentos	(1.399.577)	-	-	(233.417)	(1.632.994)
(-) Móveis e utensílios	(919.407)	-	-	(198.723)	(1.118.130)
(-) Prédios e instalações	(10.424.855)	-	-	(3.346.765)	(13.771.620)
(-) Depreciação	(12.743.839)			(3.778.905)	(16.522.744)
	117.230.860		(2.169.224)	(3.778.905)	111.282.731

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 13).

16. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	2018	Transf.	Adições/baixas	Amortização/ Realização	2018
Ágio (i)	144.423.199	-	-	(69.668.895)	74.754.304
Servidões e Softwares (ii)	2.014.481	(81.768)	377.773	(499.023)	1.811.463
	146.437.680	(81.768)	377.773	(70.167.917)	76.565.767
	2016	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2017
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	1.515.707	-	956.795	(458.021)	2.014.481
	145.938.906		956.795	(458.021)	146.437.680

(i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de impairment. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. A Companhia identificou a necessidade de registro de realização do ágio em 31 de dezembro de 2018. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionadas ao ágio em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

17. FORNECEDORES - TERCEIROS (CONSOLIDADO)

	2018	2017
Fornecedores relacionados à construção	510.379.792	434.985.552
Gastos ambientais e fundiários	16.889.952	1.040.676
Prestadores de serviços	4.485.143	2.505.075
Outros	6.003.467	1.935.207
	537.758.354	440.466.510

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato	Venci- mento	Garan- tias	Cove- nants	Encargos a.a.	31/12/2018	31/12/2017
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/13 jun/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,42%	19.850.487	22.043.263
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	set/13 dez/22	(iii)	(vii)	2,50%	4.701.872	5.878.145
ACTE	BNDES - Subcrédito C (i)	R\$	abr/13 jun/27	(iii)	(vii)	TJLP	86.312	95.835
Araraquara	BNDES	R\$	jan/11 ago/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	57.420.013	62.952.179
Catxerê	BNDES	R\$	out/11 ago/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	128.604.409	140.994.880
<i>Fidejussória</i>								
ETEE	Debêntures	R\$	mar/18 fev/21	N/A	N/A	105% da Taxa DI	138.151.347	-
ETIM	SGID	US\$	dez/14 set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	-	19.200.133
Iracema	Debêntures	R\$	dez/10 dez/35	(iv)	(vii)	TR + 9,00%	111.666.896	114.649.559
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	dez/12 abr/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,74%	158.822.163	177.346.768
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	dez/12 out/22	(iii)	(vii)	2,50%	28.111.277	35.425.371
Itatim	BNDES - Subcrédito C (ii)	R\$	set/14 abr/27	(iii)	(vii)	TJLP	1.574.714	206.048
ITE	SGID	US\$	dez/14 set/20	N/A	N/A	Libor + 2,65%	175.560.224	224.781.082
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	ago/12 jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,58%	57.941.320	64.691.444
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	ago/12 jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,18%	17.765.471	19.834.865
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12 abr/29	(v)	(vii)	IPCA + 8,75%	64.285.618	56.950.106
PCTE	SGID	US\$	nov/14 dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	193.857.529	184.300.908
<i>UMBNDDES</i>								
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	+ 3%	-	2.704.231
PPTE	BNDES - Subcréditos B + C	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 3%	-	7.334.931
<i>UMBNDDES</i>								
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	+ 4,3%	-	2.443.176
PPTE	BNPP - Subcréditos B + C	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	-	6.626.450
<i>UMBNDDES</i>								
PPTE	Santander - Subcrédito A	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	+ 4,3%	-	2.443.176
<i>Santander - Subcréditos B + C</i>								
PPTE	SGID	R\$	jun/07 jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	39.713	6.626.450
RPTE	SGID	US\$	nov/14 set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	113.140.479	104.099.287
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2%	1.517.042.835	1.293.954.587
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	439.529.013	375.101.282
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	261.343.052	227.729.698
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	155.130.472	135.177.940
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	90.056.705	78.473.815
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	38.559.511	33.600.073
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	116.570.961	99.483.574
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	156.920.075	133.918.171
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	113.549.059	96.904.633
SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	113.549.059	-
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	11.248.369	-
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18 dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706%	96.863.075	-
SMTE	SGID	US\$	nov/14 set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	306.399.180	316.487.994
SPTE	SGID	US\$	nov/14 set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	95.337.597	95.131.932
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/16 jul/30	(iii)	(vii)	TJLP + 2,28%	36.212.732	37.789.539
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	abr/16 jul/30	(iii)	(vii)	TJLP + 1,88%	11.226.871	11.730.820
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16 jun/26	(vi)	(iv)	IPCA+8,00% + 105% da Taxa DI	16.045.799	16.026.834
<i>Fidejussória</i>								
XRTE	Debêntures	R\$	mai/17 abr/19	N/A	N/A	Taxa DI	-	578.492.519
XRTE	BNDES	R\$	dez/18 nov/42	(iii)	(vii)	IPCA + 5,62%	3.608.475	



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

20.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	<u>(36.296.353)</u>	<u>(33.683.333)</u>
Receita de aluguel (ii)	7.778.690	9.435.645
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	(1.824.215)	775.468
Despesa de juros de empréstimo	(179.931.736)	(109.504.454)
Receita de juros de empréstimo	137.680.908	65.610.008

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 13). (iii) Valor de R\$ 9.800.000 pago para a CNTE (Canarana Transmissora de Energia S.A.) em dezembro de 2017 referente AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital). (iv) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de 3 meses. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração não tomou conhecimento de nenhuma intenção de cancelamento do acordo assinado.

20.4. Garantias: A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2018	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (ii)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (ii)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (ii)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento LP	3.608.475.878	21/11/2018	01/12/2021
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	30/04/2018	30/04/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/05/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	01/05/2020
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/03/2018	31/03/2019
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/07/2018	30/07/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíba (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022
Paranaíba (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	01/04/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (ii)	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023
SGBH	Execução Fiscal	5.919	10/10/2018	10/10/2023

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2017	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (i)	Financiamento LP	42.255.000	31/01/2017	31/01/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (ii)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (ii)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (ii)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Risco de construção	127.500.000	09/06/2014	13/07/2018
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	233.000.000	06/04/2017	06/04/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	171.225.608	27/03/2017	27/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento CP	550.000.000	22/05/2017	20/05/2018
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	31/12/2017	30/04/2018
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/06/2018
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/12/2017	31/03/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	19/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	17/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	33.150.000	23/03/2017	23/03/2019
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	25.500.000	06/09/2016	06/09/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	91.800.000	10/08/2016	10/08/2018
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/09/2017	26/07/2018
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Risco de construção	30.045.300	23/06/2016	24/03/2021
Paranaíba (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022

(i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado. (ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	2018	2017
Impostos diferidos passivos (i)	2.595.915.643	795.236.272

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributária	-	2.121.317	-	16.966.269
Cível	-	4.028.737	-	2.500.132
Servidões	-	2.406.993	-	870.722
Ambiental	-	28.605.881	-	30.464.608
Trabalhista	589.816	1.627.568	297.070	1.288.345
	<u>589.816</u>	<u>38.790.496</u>	<u>297.070</u>	<u>52.090.076</u>

Reembolso de contingências: Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Em 2018 o Departamento Jurídico da Companhia verificou que a probabilidade de perda de parte das causas que compunham esse valor mudou para "possível", não devendo mais figurar como contingência da empresa. Dessa forma, realizou-se a baixa da provisão e do valor do ativo. Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

Controladas	2018	2017
ITE	2.097.111	168.250
SMTE	5.339.397	13.212.335
ETEE	103.950	5.214.215
Catxerê	2.341.273	3.070.722
PCTE	39.541	68.054
Araraquara	9.145	-
RPTE	79.525	-
SGBH	814.966	-
	<u>10.824.908</u>	<u>21.733.576</u>

b) **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	22.127.313	80.362.707	-	53.296.467
Cível	8.494	4.303.383	-	2.114.846
Ambiental	-	6.882.047	-	3.828.786
Trabalhista	1.953.928	36.776.112	867.811	2.562.706
	<u>24.089.735</u>	<u>128.324.249</u>	<u>867.811</u>	<u>61.802.805</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete reais), dividido em 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Em 2018 foram subscritas 2.150.916.654 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 2.150.916.654, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited. Em 31 de dezembro de 2018 o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2018 e 2017
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	<u>100%</u>

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	531.469.890	409.782.343
Resultado decorrente da incorporação reversa	-	1.380.270
Reserva legal (5%)	(26.573.495)	(20.558.131)
Base de cálculo para os dividendos	504.896.395	390.604.482
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<u>5.048.963</u>	<u>3.906.045</u>

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	7.778.690	8.825.793.772	9.435.645	3.516.473.926
Receita de operação e manutenção	-	193.591.248	-	201.314.150
Remuneração do ativo de concessão	-	1.645.966.365	-	921.155.164
Receita de construção	-	6.979.611.698	-	2.385.816.535
Receita de aluguel	7.778.690	6.624.461	9.435.645	8.188.077
Deduções da receita operacional	(720.612)	(855.811.994)	(927.578)	(336.506.852)
PIS/COFINS (correntes)	(720.612)	(72.547.452)	(927.578)	(66.279.306)
PIS/COFINS (diferidos)	-	(711.588.075)	-	(224.071.211)
RGR	-	(29.083.520)	-	(25.747.611)
P&D	-	(9.872.710)	-	(9.258.454)
CDE	-	(22.872.602)	-	(955.825)
TFSEE	-	(3.812.303)	-	(3.736.303)
Proinfra	-	(6.035.332)	-	(6.458.142)
	<u>7.058.078</u>	<u>7.969.981.778</u>	<u>8.508.067</u>	<u>3.179.967.074</u>

25. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(1.726.830)	(70.590.972)	(824.403)	(67.126.661)
Material	(57.648)	(3.670.428)	(58.800)	(6.867.529)
Serviços de terceiros	(1.481.207)	(21.588.795)	(1.399.239)	(21.165.621)
Depreciação	(2.000.872)			



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)**

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	2018	2017
Receitas brutas	Consolidado	Consolidado
Base de cálculo (8%)	380.187.371	434.785.069
Outras receitas	30.414.990	34.782.806
Base de cálculo	40.363.657	52.878.060
IR devido	(9.200.906)	27.761.924
(+) IR diferido/outros	(1.354.756)	(763.422)
Total de IRPJ	(10.555.662)	26.998.502
Base de cálculo (12%)	45.622.485	52.174.208
Outras receitas	9.948.667	18.095.254
Base de cálculo	55.571.152	70.269.462
CSLL devida	(4.242.757)	5.965.401
(+) CSLL diferida/outros	(731.569)	(580.552)
Total de CSLL	(4.974.326)	5.384.849
Total de IRPJ/CSLL	(15.529.988)	32.383.351

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

30.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	2018	2017			
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Títulos e valores mobiliários	9	–	46.552.332	–	54.520.955
		29.067.942	1.616.647.332	376.213.445	931.245.862

	2018	2017			
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	20	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.632.552
Concessionárias e permissionárias	10	–	112.265.555	–	114.724.833
Ativo de concessão financeiro	12	–	–	–	8.982.628.535
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	2.729.245.194	772.739.374	701.564.286	701.564.286
		2.735.715.601	890.508.074	718.194.665	9.804.550.206

	2018	2017			
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros	17	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.600.669	–	1.325.320	–
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	–	5.188.545.742	–	1.373.286.589
Empréstimos - partes relacionadas	18	3.110.362.187	3.994.657.197	2.474.343.772	3.418.345.109
		3.112.583.233	9.720.961.293	2.475.827.447	5.232.098.208

30.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar

são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2018	-5%	5%
Empréstimos	3.994.657.196	(190.717.877)	199.148.781

d) **Risco de crédito:** Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

31. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

	2018	2017		
Natureza	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	–	9.424.216	–	10.000.000
Seguro patrimonial	150.000.000	2.230.318.516	150.000.000	1.982.442.348
Veículos	–	7.507.595	–	7.589.209
	150.000.000	2.247.250.327	150.000.000	2.000.031.557

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTÉ"): Em 1º de março de 2019 a controladora Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTÉ") realizou a sua primeira debênture de infraestrutura no montante de R\$ 112.310.000,00 (cento de doze milhões, trezentos e dez mil reais) cujos recursos são destinados à implementação do projeto de expansão autorizado pela Resolução ANEEL 6.687/2017. As debêntures têm vencimento em 15 de fevereiro de 2029, e taxa de juros é de IPCA + 4,45% ao ano. Os juros e amortização são pagos semestralmente iniciando-se em 15 de fevereiro de 2021. A debênture conta com fiança corporativa da SGBH (State Grid Brazil Holding S.A.) até o *completion* físico financeiro, além de 35% dos recebíveis da controladora após a entrada em operação do projeto de reforço, e alienação fiduciária de 22% das ações da SGBH na controladora. Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") - Debêntures: Em 09 de janeiro de 2019 a controladora Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE"), amortizou com a debenturista State Grid Brazil Holding S.A. parte do valor das debêntures emitidas, acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 332.639.590,86 (trezentos e trinta e dois milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) de valor principal e R\$ 17.639.590,86 (dezesete milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) de juros remuneratórios. Entrada em Operação: Em 18 de janeiro de 2019 foi emitido pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para operação integrada à Rede Básica do SIN, declarando que todos os requisitos dos procedimentos de Rede referente às instalações da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. foram atendidos, estando a Companhia apta, e sem pendências, para iniciar a Operação Comercial Definitiva no Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 13 de janeiro de 2019, o que efetivamente ocorreu nesta data. Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") - Contrato de Mútuo: Em 09 de janeiro de 2019 a controladora Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE"), quitou integralmente o mútuo com a controladora State Grid Brasil Holding S.A. acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 115.730.096,37 (cento e quinze milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), sendo R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de valor principal e R\$ 5.730.096,37 (cinco milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais e trinta e sete centavos) de juros remuneratórios. Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTÉ"): Em 29 de janeiro de 2019 a controladora Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTÉ"), recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (oitocentos e dezesseite milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

DIRETORIA

Hongxian Cai Diretor Presidente	Zhongjiao Chang Diretor Vice-Presidente	Yang Qu Diretor Vice-Presidente	Ramon Sade Haddad Diretor Vice-Presidente	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2
---	---	---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer)

Chamamos a atenção para a nota 6.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$16.946.787.885 mil e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$164.332.618 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 5.4 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$16.946.787.885 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos-chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

